Uso do território, modernização agrícola e contrastes sociais no meio rural do Vale do Açu–RN

DOI: 10.54446/bcg.v15i2.3991

Joacir Rufino de Aquino[1], *Francisco Fransualdo de Azevedo*[2], *Raimundo Inácio da Silva Filho*[3]

Resumo

O objetivo do presente artigo é discutir o uso do território e a dinâmica do processo de modernização da agricultura na microrregião do Vale do Açu, Rio Grande do Norte, Brasil. Para tanto, recorremos à revisão de parte da literatura disponível sobre o tema, bem como à sistematização e à análise de estatísticas oficiais relativas ao fenômeno social estudado. Em linhas gerais, o trabalho mostra que a modernização agrícola açuense foi facilitada pela intervenção direta do Estado que criou as condições para a introdução de novos sistemas técnicos ou formas geográficas, especialmente infraestrutura hídrica, que vão pavimentar o terreno para a propagação de relações capitalistas no campo. Como resultado das novas materialidades e relações sociais de produção, estabeleceu-se na área nos últimos 40 anos um modelo agrícola de caráter seletivo pautado na produção de "alimentos-mercadoria", marginalizando as culturas de alimentos básicos e uma parcela expressiva da população local. Na trajetória desse processo surgiram novos atores e novos usos do território, cujas dinâmicas podem influenciar o futuro das áreas rurais da microrregião.

PALAVRAS-CHAVE: uso do território, formas geográficas, modernização agrícola, Vale do Açu.

1 Professor na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Assú, e doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: joaciraquino@uern.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0772-7141.

2 Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: ffazevedo@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0477-9501.

3 Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: risfilho1@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7567-4171.

Introdução

A agricultura no Rio Grande do Norte (RN) passou por transformações significativas a partir da segunda metade do século XX. Tais transformações foram induzidas pela constituição de novas materialidades e relações sociais de produção. O resultado direto desse processo, marcado por forte desigualdade, foi o estabelecimento de áreas agrícolas modernizadas caracterizadas por uma elevada densidade técnica que vão coexistir no espaço estadual com áreas de agricultura tradicional (Azevedo, 2013; Felipe; Rocha; Carvalho, 2009).

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é discutir a configuração espacial e a dinâmica do uso do território em uma das principais áreas de modernização agrícola encravada no semiárido potiguar, a microrregião do Vale do Açu. Especificamente, revisitaram-se alguns aspectos marcantes da história regional para identificar os atores mais importantes e os resultados do processo de acumulação de capital na atividade agrícola a partir do final dos anos 1970 até a segunda década do século XXI.

Para concretizar esses objetivos, partimos da revisão de parte da literatura disponível sobre o tema, assim como procedemos à sistematização e à análise de dados secundários relativos ao fenômeno social estudado considerando processos mais recentes. Entre as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que foram compiladas para sustentar os argumentos apresentados, merecem destaque: o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), os Censos Demográficos (IBGE, 2024) e a Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2025). Além delas, também utilizamos dados do INCRA (2017) e do MDS/CADÚNICO/TABCAD (2025) para retratar o quadro fundiário e social vigente na microrregião.

A estrutura do trabalho está dividida em mais quatro seções, além dessa breve Introdução e das Considerações Finais. As duas seções seguintes apresentam alguns aspectos locacionais do Vale do Açu e os traços marcantes da intervenção do Estado no sentido de aplainar o terreno para a penetração do capital na atividade agrícola microrregional, a qual contemporaneamente registra segmentos produtivos caracterizados por elevado grau de densidade técnica. Já as demais seções são dedicadas à discussão da dinâmica seletiva do processo de modernização agrícola, seus contrastes sociais e o avanço recente de novas formas de uso da terra no meio rural.

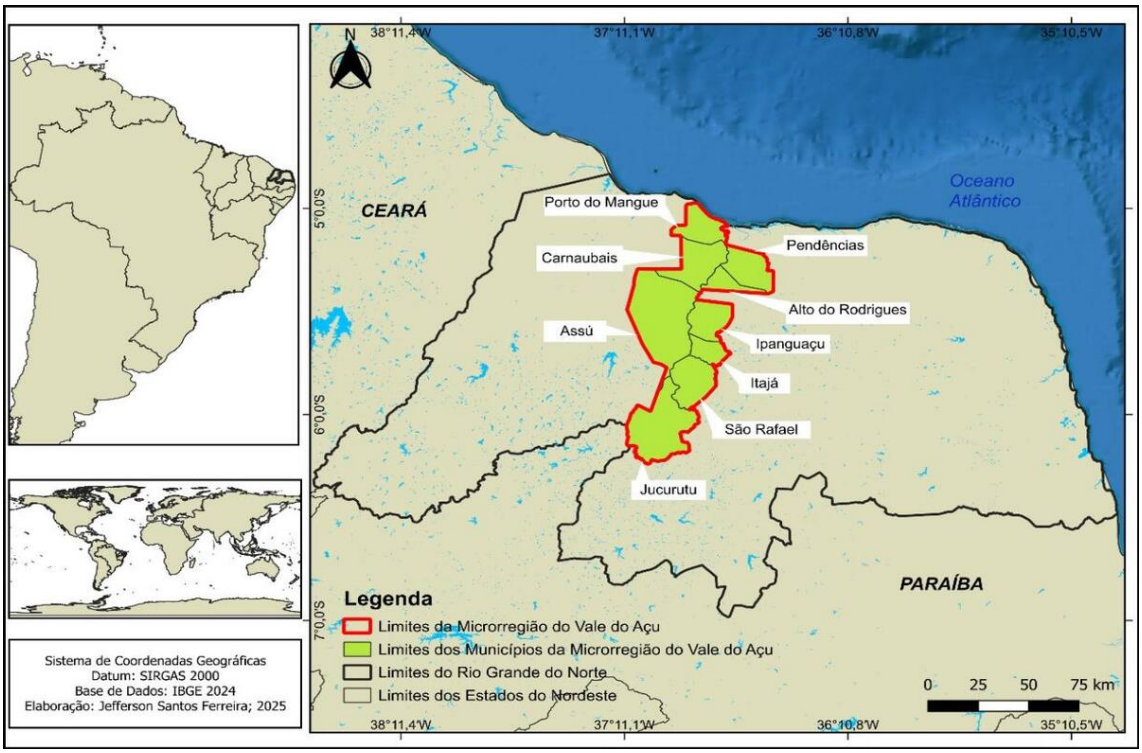
Aspectos locacionais, demográficos e ambientais da microrregião Vale do Açu

A microrregião do Vale do Açu ocupa uma área de 4.773,6 km2 e é constituída por nove municípios: Alto do Rodrigues, Assú, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael. Em termos da classificação regional do IBGE adotada até recentemente, localiza-se na mesorregião Oeste Potiguar e situa-se numa posição estratégica do mapa do RN (Figura 1). Ademais, segundo Aquino e Silva Filho (2024), ela faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu,

integra o bioma caatinga e está inserida em plenos domínios do clima semiárido, destacando-se no contexto regional por suas condições naturais favoráveis.

No que concerne ao número de habitantes, os dados dos censos demográficos mostram uma evolução significativa. Em 1980, os municípios do Vale do Açu contavam com uma população de 94.054 habitantes. Nas quatro décadas seguintes, porém, eles registraram um grande aumento populacional. Em 1991 o espaço regional já abrigava 111.902 pessoas, número que saltou para 140.534, em 2010, e para 143.127 no ano de 2022. Em termos percentuais, o contingente populacional da referida microrregião cresceu 52,2% de 1980 a 2022, representando um aumento absoluto de 49.073 pessoas (IBGE, 2024).

Figura 1. Localização geográfica da microrregião do Vale do Açu/RN.



Fonte: IBGE.

Quanto às características geológicas, o Vale do Açu é constituído por quatro formações, quais sejam: embasamento cristalino formado na Era Pré-Cambriana, formações Açu e Jandaíra, ambas originadas durante a Era Mesozoica, especificamente, no período denominado de Cretáceo e a formação Barreiras que inclui sedimentos de praia e aluviões (Nunes, 2006; Silva Filho, 2020). Em relação aos solos, por sua vez, há uma grande diversidade de classes. Contudo, Silva Filho (2020, p. 12) ressalta que: "alguns dos solos mais férteis do Rio Grande do Norte são encontrados nessa microrregião que abrange parte da área sedimentar do estado potiguar".

Outro aspecto distintivo da microrregião em foco diz respeito à oferta hídrica abundante, caracterizando-a como uma das áreas mais privilegiadas em termos de reservas de água doce do RN e do semiárido nordestino (Amorim; Nonato Júnior;

Poster, 2018; Gomes da Silva, 1992). Essa posição privilegiada deve-se às dádivas da natureza e, especialmente, ao meio tecnicamente produzido pelo homem, a exemplo da construção de obras de engenharia visando represar as águas da chuva e do rio Piancó-Piranhas-Açu. A capacidade potencial dos principais reservatórios superficiais da microrregião, como pode ser visualizado na Tabela 1, supera a marca de 3,2 bilhões de metros cúbicos de água.

Tabela 1. Capacidade de armazenamento de água superficial por açudes e barragens, com 100 mil ou mais metros cúbicos (m³), no Vale do Açu.

Municípios	Reservatórios	Capacidade de Acumulação (m^3)
	Açude Mendubim	76.349.000
	Açude Limoeiro	900.000
Assú	Açude Volta dos Tanques	100.000
	Açude do Padre	100.000
	Açude do Palheiros	100.000
Itajá	Barragem Armando Ribeiro Gonçalves	2.400.000.000
	Açude Pataxós	24.500.000
Ipanguaçu	Açude do Saco	100.000
	Açude do Pocête	100.000
Jucurutu	Barragem Oiticicas	742.600.000
Pendências	Açude Mulungu	500.000
	Açude Cavalo Bravo	100.000
São Rafael	Açude Serra Branca	100.000
	Açude Jobear	100.000
-	-	**3.245.649.000**

Fonte: ASSECOM-RN (2025); Silva Filho (2020).

Note-se que a construção dessas obras de infraestrutura hídrica, ao longo do tempo, vai repercutir na organização espacial local antes, durante e depois de cada evento. O meio ecológico, principalmente nas áreas rurais, vivenciou um rápido processo de artificialização a partir do final dos anos 1970. Ao lado dos "objetos naturais" vão ser implantados "objetos artificiais" que vão fazer parte de sistemas complexos de engenharia. As novas materialidades, além de remodelar a paisagem, irão ser portadoras de novos usos e funções dadas por agentes locais ou externos visando a obtenção de lucro a partir da mercantilização da natureza e da extração da mais-valia da mão-de-obra abundante na área (Aranha, 1995; Santos, 1997, 2014; Vargas, 1987).

Com efeito, esse processo de transformação espacial não aconteceu isoladamente. Paralelamente, outras atividades ganharam espaço no meio rural açuense, a exemplo da produção de petróleo, da produção de sal marinho, da carcinicultura e do avanço do setor ceramista, "descolorindo" a paisagem natural com uma multiplicidade de objetos técnicos e formas geográficas movidas por sistemas de ações e interesses privados. Todavia, é em torno da construção da

infraestrutura hídrica, cujo destaque é a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que vai girar a maior repercussão socioterritorial para a agricultura e as famílias rurais desse espaço. Sendo assim, o "silêncio das águas" desse gigantesco reservatório hídrico do Vale do Açu no tempo presente, como lembra Boneti (1998), esconde as marcas de um processo de transformação estrutural liderado pela ação do Estado brasileiro, o qual merece uma releitura crítica de seus principais aspectos e impactos.

Estado, formas geográficas e a preparação do terreno para a penetração do capital no campo

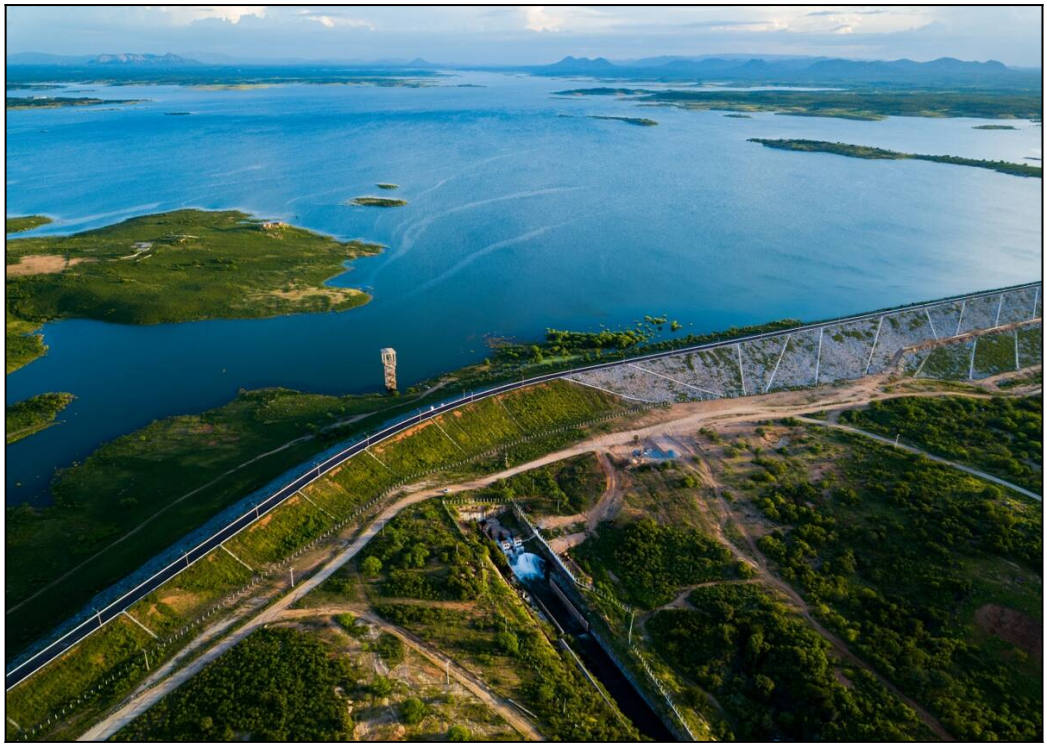
Até meados do século XX a área rural do Vale do Açu era pouco artificializada. A base da economia do campo era pautada na pecuária extensiva, nas lavouras temporárias de alimentos básicos consorciadas com o cultivo de algodão e no extrativismo, sobretudo das matas de carnaúba (Albano; Sá, 2008; Valverde; Mesquita, 1961). As relações de trabalho eram predominantemente informais ou por conta própria e os agentes econômicos eram quase exclusivamente de origem local. A atuação de firmas de grande porte também era praticamente limitada como elemento do espaço regional. Essa realidade, contudo, vai sofrer uma "grande transformação"[4] a partir da segunda metade do século XX.

O marco principal das mudanças verificadas nas áreas rurais da microrregião, conforme Felipe (1988), foi a implementação do Projeto Baixo-Açu no final dos anos 1970 que previa originalmente a desapropriação de 67 mil hectares de terra e a construção da gigantesca Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (BARG). A BARG foi inaugurada em 20 de maio de 1983. Trata-se do maior reservatório artificial de água doce do RN e um dos maiores localizados no semiárido brasileiro, com 2,4 bilhões de metros cúbicos de capacidade de armazenamento.

De acordo com informações de técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), de 1983 a 2025, a BARG já verteu 14 vezes desde sua inauguração, tendo a maior sangria sido registrada em 1985, com 4,50m de altura, e a segunda no inverno de 2008, atingindo a marca dos 4,21m. Por sua vez, o menor volume de água acumulado foi observado em 2018, depois de sucessivos anos de estiagem (2012-2017), contabilizando apenas 11% de reserva hídrica, tendo a recuperação parcial de sua capacidade ocorrido no período seguinte (Figura 2).

4 O termo "grande transformação" é empregado aqui no sentido que lhe é atribuído por Polanyi (2000), isto é, referindo-se ao modo, à abrangência, à velocidade e aos rumos das mudanças socioespaciais em direção a mercantilização da natureza e do trabalho por meio do avanço das relações capitalistas de produção.

Figura 2. Barragem Armando Ribeiro Gonçalves em Itajá, 2019



Fonte: Arquivo pessoal do fotógrafo Jean Lopes (Assú/RN).

Note-se que a construção da BARG, ainda durante a Ditadura Militar (1964-1985), inseria-se no projeto de modernização conservadora da agricultura tocado adiante pelo Estado brasileiro (Andrade, 2005; Delgado, 1985; Gonçalves Neto, 1997; Graziano da Silva, 1982). Esse processo se deu em meio à constituição do meio técnico-científico-informacional e, portanto, avanços na tecnicização do território foram demandados visando dotar o espaço geográfico de objetos técnicos capazes de transformar a dinâmica socioespacial da microrregião, sobretudo agrícola, demográfica e socioeconômica com reflexos também na política. Tais avanços exigiriam, ainda, melhorias nas infraestruturas básicas garantidoras da fluidez territorial necessária, ou seja, nas (i)materialidades que envolvem a relação dialética entre fixos e fluxos, a exemplo das infraestruturas de transportes (e seus modais), eletricidade, comunicação, fiscalização e normatização do território com base nesse novo processo (Azevedo, 2013).

Caberia naquele momento ao Estado, então, "preparar o terreno para o capital" por meio de normas e objetos ou formas geográficas (Santos, 2014). E ele usou seu poder para cumprir tal missão criando o arcabouço legal de leis de desapropriação de terras, incentivos fiscais e vultosos investimentos públicos ancorados nas narrativas do "combate à seca, do progresso e da modernização" (Boneti, 1998). O discurso dominante entre os planejadores do governo era que a grande açudagem combateria a seca com a perenização do rio Piranhas-Açu, estimularia a modernização agrícola e, com isso, levaria ao crescimento do PIB e ao bem-estar social. Em síntese, como os panfletos oficiais anunciavam na época, o Projeto Baixo-

Açu e a BARG seriam a realização do "sonho maior da população" ou a "redenção" do Vale do Açu (Aranha, 1995; Vargas, 1987).

É importante sublinhar, conforme assinala Santos (2014), que as narrativas, o planejamento "científico" das agências estatais e das consultorias privadas têm o papel de persuadir ou convencer a sociedade das vantagens socioeconômicas do progresso no sentido de explorar as "potencialidades do desenvolvimento da área". A partir dessa visão, a recomendação é equipar o espaço com objetos geográficos (formas/infraestruturas/materialidades) que, articulados com os demais elementos do sistema de engenharia em escala nacional e global, irão abrir espaço para as firmas capitalistas reestruturarem o uso da terra com atividades modernas e lucrativas que vão beneficiar o conjunto da população.

Entretanto, apesar de ser apresentada como redenção da microrregião açuense, a instalação da BARG foi marcada desde o início por um processo de expropriação e proletarização. Para construí-la, o Estado desapropriou milhares de hectares de terras e destruiu a cidade de São Rafael para dar lugar à bacia de inundação da barragem, estimada em 40 mil hectares (Boneti, 1998; Felipe, 1988; Valêncio, 1995; Vargas, 1987).

O município de São Rafael, que sucumbiu diante do pretexto do progresso, era lugar de vida de 7.188 habitantes, em 1980. Desse total, 2.977 (41,4%) moravam na zona urbana e 4.211 (58,6%) na zona rural (IBGE, 2024). Esses moradores foram expropriados de suas casas e pequenas propriedades rurais e alocados em uma nova área sem ter os seus direitos assegurados, principalmente os meeiros e moradores sem o título formal da terra, tendo que se engajar nas lutas sociais do campo por reforma agrária para tentar recompor seus meios de produção perdidos (Fernandes, 1992; Santos, 2019; Silva, 2023).

Dessa forma, a BARG foi em sua fase inicial um motivo de sofrimento para centenas de famílias. A referida infraestrutura/forma geográfica inundou uma cidade inteira, destruiu os meios de vida de muitas famílias do campo e também submergiu uma imensa área de caatinga com aproximadamente dois milhões de carnaubeiras (Menezes Filho; Oliveira, 2024; Santos, 2019; Silva, 2023). Já com o passar dos anos, afora o seu papel importante no abastecimento de água de mais de 30 municípios do interior potiguar, ela se transformou no principal veículo para a expansão da agricultura capitalista irrigada no Vale do Açu. Porém, muitos estudos mostram que os benefícios econômicos da barragem têm sido apropriados privadamente por grupos empresariais brasileiros e estrangeiros que vão "utilizar o território como recurso" em detrimento do conjunto da população local que utilizava o "território como abrigo e como recurso", tal qual enfatizou Santos (1997) ao analisar o espaço geográfico e suas contradições em escala nacional.

Compete assinalar que esse movimento somente tornou-se possível, como foi visto, graças a intervenção do Estado brasileiro que atuou como agente regulador e investidor na estruturação das formas geográficas, tendo como elemento central o Projeto Baixo-Açu e a BARG, que irão servir de base para sustentar a modernização

da agricultura da microrregião. Foi dessa maneira que o Estado "aplainou" o caminho para a penetração e avanço do capital no campo. Assim, como os elementos da natureza modelam a paisagem no transcorrer do tempo, as formas geográficas passam a compor a paisagem e aceleram as mudanças na organização espacial e o processo de reestruturação territorial (Azevedo, 2013; Santos, 2014). Isso pode ser constatado no Vale do Açu.

Os resultados dos processos sociais engendrados pelas formas geográficas no espaço estudado, de fato, são marcantes. A partir do final do século XX o Vale do Açu já não era mais o mesmo dos "verdes carnaubais" de outrora, passando a ser reconhecido por seus recursos naturais passíveis de exploração e infraestruturas/materialidades. As relações de trabalho informais também foram substituídas gradativamente pelo trabalho assalariado e o processo de compra e venda de terras se generalizou. O terreno para a extração de mais-valia estava pronto em sua primeira fase e aberto para o avanço do capital na atividade agrícola. Os atores locais que antes utilizavam o solo para produzir alimentos básicos perderam posição. Este processo aconteceu devido à chegada de novos agentes, que depois de uma minuciosa e longa investigação das potencialidades naturais da área, vão usar o território para produzir, a partir do trabalho assalariado, algodão irrigado e "alimentos-mercadoria"[5]: frutas tropicais (melão, banana e manga), coco, acerola etc. Isto vai repercutir nas técnicas de produção, que terão na grande oferta de água para irrigação o seu ponto central.

Modernização seletiva e mudança no uso agrícola do território

A reorganização espacial proporcionada pelas formas geográficas erguidas com o investimento público do Estado no Vale do Açu irá ensejar uma mudança significativa no uso agrícola do solo microrregional. Observa-se no final do século XX um intenso processo de modernização da agricultura com o desenvolvimento de sistemas produtivos mais densos no uso de máquinas agrícolas e insumos químicos. O represamento das águas do Rio Piancó-Piranhas-Açu, após a conclusão do megaprojeto da BARG, torna possível iniciar e ampliar nos anos seguintes novas áreas produtivas por meio da técnica de irrigação. O acesso a essa forma de tecnologia, porém, não vai ser contíguo, apresentando um caráter bastante seletivo e especializado.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, das 19 microrregiões que constituem o território potiguar, o Vale do Açu é a que apresenta o maior número relativo de estabelecimentos agropecuários que utilizam a tecnologia da irrigação,

5 A expressão alimento-mercadoria é utilizada tendo como referência a obra de Marx (1996). Para esse autor, a mercadoria é todo produto produzido no capitalismo com o objetivo da troca e não do autoconsumo. Isto significa que a produção é voltada para atender o mercado e não para atender as necessidades da população das áreas que sediam as atividades produtivas. Registre-se, ainda, que os alimentos-mercadoria têm uma lógica de distribuição para fora dos lugares onde eles são gerados. Logo, no caso estudado, o seu foco não é o Vale do Açu ou o RN, e nem muito menos o mercado local, mas as capitais nordestinas, a região concentrada no eixo Centro-Sul e o mercado internacional.

com 1.148 unidades (IBGE, 2019). Todavia, verifica-se na Tabela 2, corroborando a afirmação acima, que a irrigação continua sendo um tipo de técnica distribuída desigualmente na região. Isso porque apenas quatro municípios concentram o maior número de estabelecimentos com irrigação: Alto do Rodrigues (16,1%), Ipanguaçu (22,3%), Assú (22,4%) e Carnaubais (15,2%). Esses municípios são também os que mais possuem propriedades com uso de irrigação em relação ao total de estabelecimentos de suas respectivas áreas.

Tabela 2. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários com irrigação no Vale do Açu – 2017.

Municípios	Nº Estabelecimento (A)	Nº Estabelecimento com irrigação (B)	%	% (B/A)
Alto do Rodrigues	246	185	16,1	75,2
Assú	856	257	22,4	30,0
Carnaubais	482	174	15,2	36,1
Ipanguaçu	502	256	22,3	51,0
Itajá	89	40	3,5	44,9
Jucurutu	720	132	11,5	18,3
Pendências	192	62	5,4	32,3
Porto do Mangue	172	3	0,3	1,7
São Rafael	363	39	3,4	10,7
Vale do Açu	**3.622**	**1.148**	**100,0**	**31,7**

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019). Dados organizados pelos autores.

Ainda na Tabela 2 chama a atenção o caso do município de São Rafael que teve sua população expropriada para a construção da forma/objeto geográfico impactante que foi a BARG. Nessa localidade, encontram-se somente 3,4% dos estabelecimentos rurais do vale açuense com irrigação. De maneira conjunta, aproximadamente 90% de seus agricultores não têm acesso a essa tecnologia produtiva. Também vale mencionar o caso de Itajá, onde se localiza a maior parte do represamento, mas que apresenta uma atividade agrícola pouco representativa, sendo a água da barragem mais utilizada no município com finalidade de abastecimento humano e para as atividades do setor ceramista local.

Note-se que a agricultura irrigada no Vale do Açu, tal como se encontra na segunda década do século XXI, é desenvolvida nas comunidades rurais e no Projeto de Irrigação Osvaldo Amorim (DIBA) inaugurado em 1994, com uma área irrigável de 6 mil hectares (Albano; Sá, 2008; Alves; Aquino; Silva Filho, 2018). Atualmente, a atividade é praticada tanto por produtores familiares quanto pelos setores patronais[6],

6 Nas estatísticas do Censo Agropecuário 2017, que incorpora os princípios legais da Lei nº 11.326/2006 (regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017), são considerados agricultores familiares aqueles produtores que: i) possuem, a qualquer título, área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilizam, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; iii) obtêm, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e iv) dirigem o seu estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família. Por exclusão, os estabelecimentos não enquadrados simultaneamente nos quatro critérios anteriores são classificados como "Não Familiares ou Patronais", isto é, são constituídos por unidades de

sendo estes últimos baseados numa lógica produtiva voltada para a produção de "alimentos-mercadoria". Na Tabela 3 é possível observar, a partir da comparação entre os dois segmentos, que a irrigação se desenvolve com maior destaque nos estabelecimentos dos agricultores patronais, que são os maiores consumidores de água ofertada pela BARG na microrregião; enquanto na agricultura familiar o uso dessa técnica e da água desse reservatório é menos frequente do que na primeira.

Em outras palavras, embora o segmento familiar represente a maioria absoluta dos estabelecimentos rurais do Vale do Açu, apenas 29,9% dos agricultores desenvolvem suas lavouras com uso de algum tipo de irrigação. Em contrapartida, na agricultura patronal, 37,3% das propriedades operam com o uso de irrigação. Os indicadores censitários deixam claro, assim, que a maioria dos agricultores da região não tem acesso às tecnologias de irrigação. Tais números apontam a configuração de uma modernização seletiva e desigual dentro do próprio Vale do Açu, na medida em que a concentração de áreas irrigadas neste espaço abrange apenas 31,7% dos produtores locais, indicando o caráter excludente do "progresso" prometido nas narrativas governamentais para justificar a tecnicização e artificialização do território.

Tabela 3. Participação da agricultura familiar e não familiar na agricultura irrigada do Vale do Açu/RN – 2017

Tipos de Agricultura	Número de Estabelecimentos (A)	%	Número de estabelecimentos com irrigação (B)	% B/A
Agricultura familiar - Lei 11.326	2.729	75,3	815	29,9
Agricultura não familiar (Patronal)	893	24,7	333	37,3
Vale do Açu	**3.622**	**100,0**	**1.148**	**31,7**

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019). Dados organizados pelos autores.

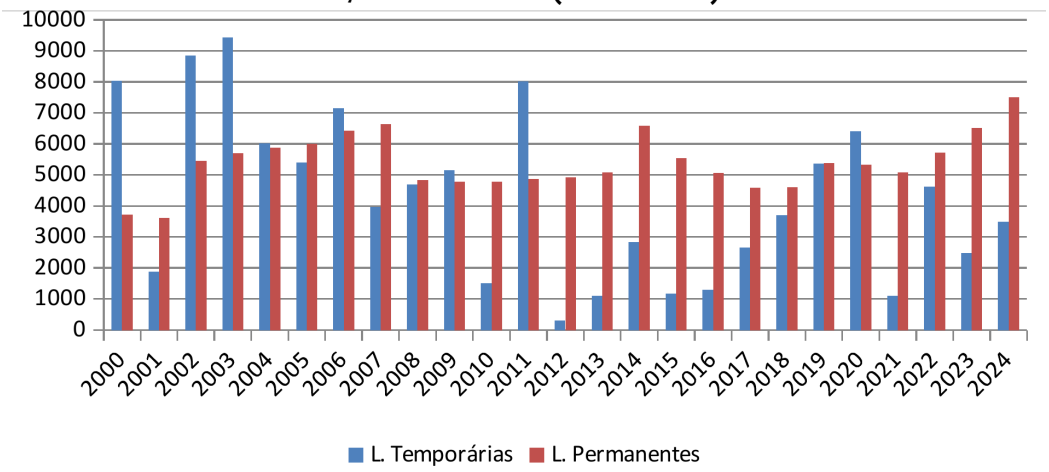
É importante enfatizar também que a alteração do cenário produtivo regional, ensejada pelas formas geográficas e novas materialidades traduzidas nos sistemas de irrigação, gerou uma mudança significativa nos tipos de lavouras cultivadas na microrregião, entre 2000 e 2024. Nesse período, ocorreu uma grande variação da área de lavouras, especialmente das temporárias, em decorrência das oscilações nas plantações de culturas alimentares. Por outro lado, é perceptível o crescimento das lavouras permanentes irrigadas (banana, manga, mamão, coco, goiaba, limão. acerola etc.), que se mantêm estabilizadas mesmo nas estiagens prolongadas, como foi o caso da grande seca de 2012-2017.

Os resultados apresentados revelam que além da redução da área ocupada com a agricultura temporária no Vale do Açu, essa modalidade produtiva também apresentou muito mais oscilações, sendo seu comportamento ditado pelo ritmo das chuvas. Isso acontece porque o uso da água para a irrigação tem sido direcionado predominantemente para as culturas comerciais da fruticultura, especialmente banana e manga, que são mais rentáveis e capazes de garantir maiores lucros por meio da comercialização no mercado nacional e internacional. A exceção, nesse

mais de quatro módulos fiscais, conduzidas predominantemente por trabalhadores assalariados e dirigidos por administradores ou capatazes (Del Grossi, 2019; IBGE, 2019).

caso, é a cultura temporária do melão que foi o carro-chefe da fruticultura local nos anos 1990 capitaneada pela empresa de capital nacional FRUNORTE e tenta após o fechamento da referida empresa recuperar o espaço perdido nos últimos 20 anos.

Gráfico 1. Evolução da área colhida de lavouras temporárias e permanentes no Vale do Açu – 2000 a 2024 (Em hectares)

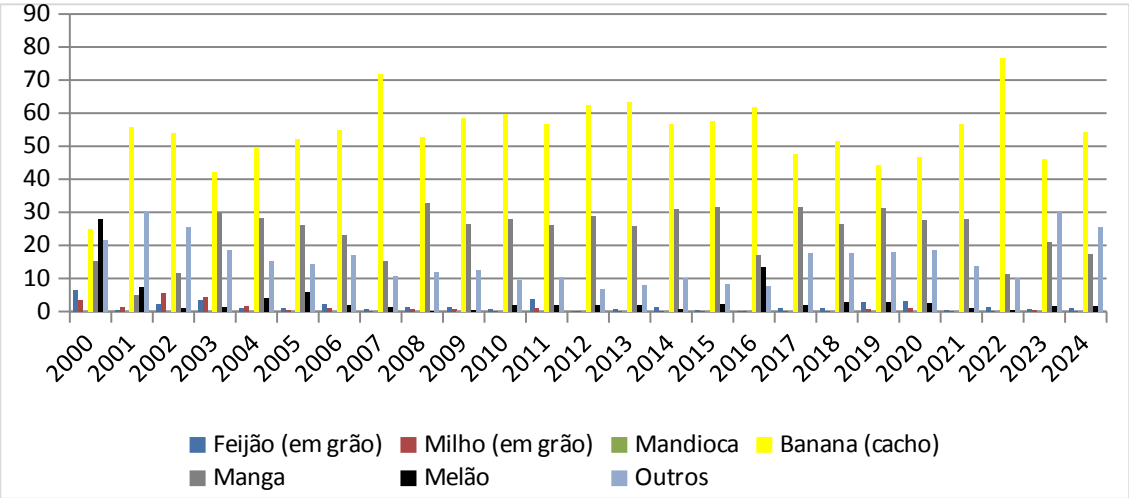


Fonte: PAM 2024 (IBGE, 2025). Dados organizados pelos autores.

Registre-se que a maior parte da expansão da lavoura permanente no Vale do Açu corresponde ao cultivo da banana em bases modernas, com o uso de insumos químicos e agrotóxicos, tendo como principal agente até recentemente a empresa Multinacional *Del Monte Fresh Produce* que passa a atuar com mais força na microrregião no final da década de 1990 (Albano, 2008; Alves; Aquino; Silva Filho, 2018; Carvalho, 2001). Em seguida aparece a manga, cuja produção é desenvolvida tanto por grandes, quanto por médios e pequenos produtores da microrregião açuense e de outras partes do país.

A importância assumida por essas duas lavouras permanentes na agropecuária açuense fica mais evidente quando se analisa a evolução do seu valor da produção vis-à-vis as lavouras temporárias de feijão, milho e mandioca. Como pode ser observado no Gráfico 2, essas culturas representam, desde o começo dos anos 2000, um grande peso na geração de riqueza do Vale do Açu, confirmando sua centralidade no contexto agrícola microrregional.

Gráfico 2. Participação de culturas alimentares e comerciais selecionadas no valor total das lavouras do Vale do Açu – 2000 a 2024 (Em %)



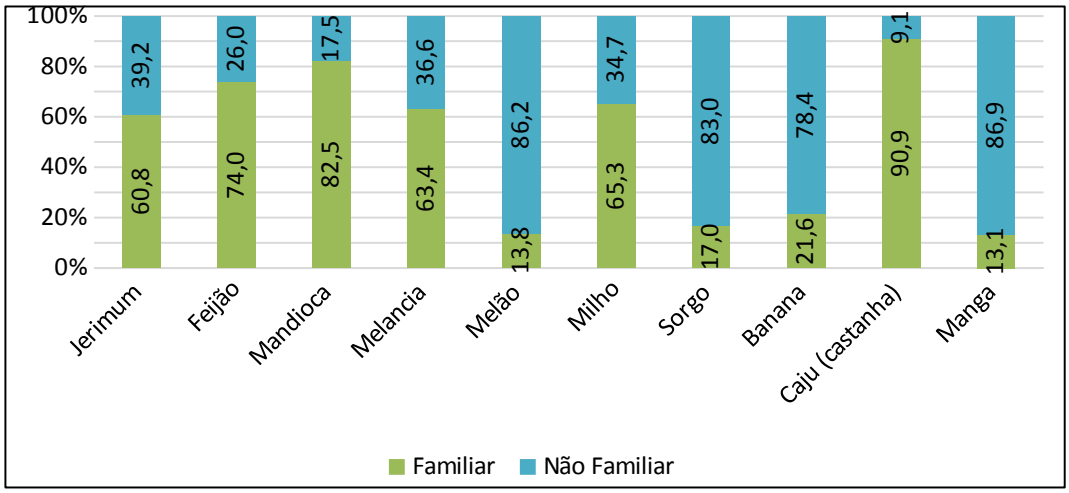
Fonte: PAM 2024 (IBGE, 2025). Dados organizados pelos autores.

Essa elevada participação no valor da produção das lavouras comerciais está associada a atuação de produtores e firmas empresariais mais capitalizadas, bem como às políticas públicas do Estado brasileiro que têm estimulado a produção desse tipo de plantação com infraestrutura, crédito e incentivos fiscais[7], em detrimento da produção de alimentos básicos pela agricultura familiar.

De fato, o Gráfico 3 revela que existe uma divisão do trabalho bem definida entre os produtores agrícolas açuenses. De um lado, os agricultores patronais e grandes firmas capitalistas que têm maiores áreas de terra, mais recursos financeiros e utilizam trabalho assalariado, se dedicam aos cultivos comerciais de maior valor agregado, ou "alimentos-mercadoria", com a finalidade exclusiva da troca e não do consumo local. De outro lado, os agricultores familiares resistem e concentram sua atuação no cultivo de alimentos básicos, em regime de sequeiro e de menor valor de mercado, para o autoconsumo e para a comercialização em feiras locais e em programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Como estes últimos não conseguem atender toda a demanda, parte do abastecimento da microrregião é realizado por meio da importação de alimentos básicos de outros lugares do país.

7 Os incentivos fiscais são normas criadas pelo Estado que funcionam como fatores de atração para as firmas capitalistas se instalarem em determinados lugares. No caso do Vale do Açu, conforme observam Albano e Sá (2008), a Multinacional Del Monte Fresh Produce se beneficiou no Rio Grande do Norte de isenções fiscais, devido o Estado ter estabelecido no Decreto nº 13.640, de 13 de novembro de 1997, a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as frutas destinadas à exportação.

Gráfico 3. Participação da agricultura familiar e não familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras do Vale do Açu – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019). Dados organizados pelos autores.

Percebe-se, portanto, que o uso agrícola do território no Vale do Açu mudou radicalmente nas últimas quatro décadas. As formas geográficas e os incentivos do Estado possibilitaram a ascensão de novas atividades cujas dinâmicas não estão mais atreladas unicamente aos interesses do abastecimento da população local, mas a uma lógica do mercado nacional e global. A reestruturação do campo açuense foi fortemente influenciada pela expansão da produção de "alimentos-mercadoria" (especialmente banana e manga), absorvendo em pouco tempo parcelas significativas das áreas mais férteis ocupadas anteriormente por culturas alimentares que continuaram a se desenvolver, em menor proporção, seguindo o ritmo da natureza em lavouras de sequeiro. Nesse sentido, configura-se um modelo agrícola de cunho fortemente comercial e seletivo, já que o acesso à tecnologia da irrigação é limitado a menos de um terço dos produtores locais. Isto vai implicar em uma marcante desigualdade entre os níveis de renda dos agricultores e gerar um quadro social marcado por contrastes.

Contrastes sociais, pobreza e perspectivas do meio rural no Vale do Açu

Como foi discutido anteriormente, as áreas rurais do Vale do Açu sofreram um rápido e intenso processo de mudança em sua organização espacial, assim como outras porções do território potiguar, a exemplo do litoral norte, território do Mato Grande e áreas geomorfologicamente marcadas pela presença de serras. Nesses casos, influenciadas, sobretudo, pela presença de campos de exploração de petróleo e parques eólicos, já num período mais recente.

Grosso modo, esse processo de mudança foi marcado por alterações nas condições materiais de produção e nas relações sociais de trabalho (Azevedo, 2013). Isto ocorreu no Vale do Açu mediante forte intervenção do Estado que possibilitou a reconfiguração do território, com a implantação de novos objetos técnicos/infraestruturas (formas geográficas) e normas (leis e incentivos fiscais) que pavimentaram o caminho para a modernização capitalista da agricultura da

microrregião. A justificativa oficial era que este processo traria progresso econômico e bem-estar social. No entanto, isto não se verificou na prática, uma vez que o modelo adotado não foi capaz de incluir o conjunto da população rural.

Para ilustrar a afirmação anterior, basta mencionar que o êxodo rural na microrregião tem sido significativo desde o início das mudanças no uso agrícola do território em escala ampliada. De 1980 a 2024, mais de 11 mil pessoas deixaram o campo dos municípios açuenses, uma queda de -20,7% (IBGE, 2024). Vários fatores contribuíram para esse resultado, entre eles a alta concentração de terras ainda prevalecente nos municípios. Na Tabela 4, é possível observar que a maioria dos estabelecimentos da microrregião, com tamanho até 50 hectares (81,0%), detêm apenas 22,4% das terras dos estabelecimentos agropecuários. Enquanto isso, um pequeno e seleto grupo de produtores, com 500 hectares e mais (2,1%), ocupa a maior parte das terras (39,2%).

Tabela 4. Distribuição das terras por tamanho dos estabelecimentos agropecuários do Vale do Açu – 2017

Grupos de área	Quantidade	%	Área	%
Mais de 0 a menos de 5 hectares	532	14,7	1.304	0,6
De 5 a menos de 10 ha	599	16,5	3.982	1,9
De 10 a menos de 20 ha	708	19,5	10.040	4,7
De 20 a menos de 50 ha	1.096	30,3	32.518	15,2
De 50 a menos de 100 ha	279	7,7	19.095	8,9
De 100 a menos de 200 ha	183	5,1	24.281	11,4
De 200 a menos de 500 ha	127	3,5	38.633	18,1
De 500 a menos de 1.000 ha	49	1,4	33.348	15,6
De 1.000 a menos de 2.500 ha	22	0,6	30.131	14,1
De 2.500 a 10.000 ha e mais	4	0,1	20.140	9,4
Produtor sem área	23	0,6	-	0,0
Total	**3.622**	**100,0**	**213.472**	**100,0**

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019). Dados organizados pelos autores.

A mercantilização do território também não possibilitou a inclusão da população em idade ativa no mercado formal de trabalho. O saldo de empregos formais criados pela fruticultura irrigada, mesmo com os incentivos recebidos do Estado brasileiro, nem de longe compensa as centenas de ocupações perdidas durante o processo de expropriação verificado durante a construção da BARG (Albano, 2015; Alves; Aquino; Silva Filho, 2018; Santana, 1997). Tal cenário, porém, tem sido amortizado pela luta dos trabalhadores do campo e a criação de assentamentos rurais após a redemocratização do país em 1985. Nesse sentido, a Tabela 5 evidencia que existiam 27 assentamentos rurais no Vale do Açu, em 2017. Esses assentamentos abrigam 2.157 famílias e ocupam uma área de 65.492 hectares, praticamente redistribuindo em favor das famílias do campo o quantitativo de terras expropriadas pelo Projeto Baixo-Açu. Porém, boa parte dessas terras não dispõe de condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento de culturas comerciais, salvaguardando casos de uso intensivo da irrigação e insumos agrícolas.

Tabela 5. Número, quantidade de famílias e área ocupada pelos assentamentos de reforma agrária nos municípios do Vale do Açu – 2017

Municípios	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área (hectares)	%
Alto do Rodrigues	0	0	0	0	0	0
Assú	4	14,8	248	11,5	8.552	13,1
Carnaubais	12	44,4	587	27,2	16.517	25,2
Ipanguaçu	2	7,4	574	26,6	16.728	25,5
Itajá	0	0	0	0	0	0
Jucurutu	0	0	0	0	0	0
Pendências	1	3,7	33	1,5	1.188	1,8
Porto do Mangue	6	22,2	510	23,6	14.829	22,6
São Rafael	2	7,4	205	9,5	7.678	11,7
Vale do Açu	**27**	**100,0**	**2.157**	**100, 0**	**65.492**	**100,0**

Fonte: INCRA (2017). Dados organizados pelos autores.

Com efeito, os dados das Tabelas 4 e 5 representam a síntese histórica de dois movimentos distintos na estrutura fundiária da microrregião. O primeiro é a concentração de terras acentuada pela modernização e avanço da agricultura irrigada em moldes capitalistas, tendo como base o trabalho assalariado. Já o segundo está associado a redistribuição de terras pela reforma agrária, tendo como base relações não-capitalistas baseadas no incentivo às formas familiares de trabalho e produção, constituindo-se em um dos fatores explicativos principais da resistência da agricultura familiar na maior parte dos municípios açuenses. Isto porque a área de terra dos assentamentos rurais representa 81,7% dos 80.174 hectares em posse dos agricultores familiares do Vale do Açu (Aquino et al., 2023).

Torna-se patente, assim, que o cenário fundiário e social do Vale do Açu seria mais desigual se não fosse a criação de assentamentos de reforma agrária na microrregião. Isto significa que a política de reforma agrária tem sido fundamental para a resistência da agricultura familiar local diante das transformações agrárias desencadeadas a partir dos anos 1970/1980. Todavia, a condição da maioria das famílias do campo continua extremamente precária e suas produções de alimentos básicos de sequeiro não lhes garante renda suficiente para assegurar sua reprodução social e aperfeiçoamento técnico.

Realmente, apesar dos avanços produtivos proporcionados pela irrigação, é possível denominar ainda o Vale do Açu no presente como um "espaço agrícola de exclusão", tal qual define Elias (2006), onde na maioria dos municípios a população rural é pobre e depende das transferências financeiras públicas para sobreviver. Essa realidade é confirmada na Tabela 6, na qual se observa a elevada participação das pessoas pobres residentes no meio rural da microrregião, sendo a situação mais grave registrada em São Rafael e Porto Mangue. Porém, é importante destacar que mesmo nas localidades que sediam as atividades agrícolas mais dinâmicas da fruticultura açuense (Alto do Rodrigues, Assú, Carnaubais e Ipanguaçu), o grau de pobreza é extremamente elevado, denotando a precariedade do quadro social ainda prevalecente na área.

Tabela 6. População rural (2022) e pessoas em situação de pobreza no CADÚNICO, com renda per capita familiar até R$ 218,00, vivendo nas áreas rurais do Vale do Açu – agosto/2025

Municípios	Pop. rural 2022 (A)	Pop. rural pobre 2025 (B)	%B/A
Alto do Rodrigues	3.409	1.484	43,5
Assú	13.665	6.859	50,2
Carnaubais	4.664	2.024	43,4
Ipanguaçu	7.134	2.441	34,2
Itajá	1.059	513	48,4
Jucurutu	6.021	2.717	45,1
Pendências	2.260	848	37,5
Porto do Mangue	2.358	1.409	59,8
São Rafael	1.732	1.002	57,9
Vale do Açu	**42.302**	**19.297**	**45,6**

Fonte: IBGE (2024); MDS/CADÚNICO/TABCAD (2025). Dados organizados pelos autores.

As questões apontadas aqui, mesmo de forma resumida, evidenciam os contrastes sociais que permeiam o uso agrícola do território no Vale do Açu e, ao mesmo tempo, sinalizam para a necessidade urgente de mudanças. Apesar disso, é preocupante constatar que pouco tem sido feito para que o modelo agrícola vigente atualmente na microrregião, ancorado especialmente na fruticultura irrigada, se reoriente para um aproveitamento ambientalmente sustentável das terras de várzea do Rio Piranhas-Açu (Alves; Aquino; Silva Filho, 2018).

A afirmação anterior ganha sentido ao se constatar que as ações do planejamento estatal, em diferentes escalas, continuam focadas em preparar o terreno para a expansão do capital no campo. Trata-se de renovar o discurso do progresso e atrair "empresas salvadoras" para "desenvolver as potencialidades do lugar". Essa é a promessa, por exemplo, da nova grande forma geográfica inaugurada pelo Estado na microrregião em 2025, a Barragem de Oiticica, o segundo maior reservatório hídrico do RN. Segundo a narrativa oficial, essa barragem localizada no município de Jucurutu, com capacidade para armazenar 742,6 milhões de metros cúbicos de água (Tabela 1), "não é apenas uma gigante para acumular água, o que já seria muito para uma região em situação de vulnerabilidade hídrica, susceptível ao processo de desertificação. É mais do que isso. É um instrumento importante para a expansão do desenvolvimento do Seridó e resgate da dignidade humana. Esta é a opinião predominante de especialistas, gestores públicos e de moradores da localidade" (ASSECOM-RN, 2025).

Mas, apesar das novas promessas de expansão da agricultura irrigada na microrregião açuense, é possível que o êxodo rural continue e que haja uma redução da participação do setor primário na economia local nas próximas décadas. Isto porque, mesmo diante dos volumosos estoques hídricos acumulados nos reservatórios da microrregião e do seu rico lençol freático, uma parcela expressiva das famílias rurais ainda não tem acesso regular a água para o consumo humano e para produzir, como fica evidente nos recorrentes decretos de emergência promulgados pelas prefeituras locais nos anos de seca (PMA, 2025). Ademais, afora

essa contraditória falta de água para a população do campo onde mais se tem esse recurso no RN, compete observar também que novos agentes econômicos, especialmente estrangeiros, estão impulsionando uma fase superior da "grande transformação" da microrregião do Vale do Açu por intermédio da instalação de parques de energias renováveis (solar e eólica).

As grandes fazendas de painéis de energia solar, com destaque para o maior projeto da multinacional ENGIE no mundo (o Conjunto Fotovoltaico Assú Sol)[8], estão substituindo extensas áreas de terra antes dedicadas à agricultura e à pecuária. Isto tem ocorrido por meio de contratos de arrendamento que variam de 20 a 30 anos, praticamente inviabilizando outros usos produtivos do solo e com fortes impactos sobre o meio ambiente (Figura 3). Conforme alerta Lopes (2025), a partir de um estudo recente do MapBiomas, o município de Assú está entre os dez municípios do Brasil que mais perderam Caatinga para usinas solares, com 1.701 hectares de vegetação suprimidos entre 2016 e 2024, tudo isso amparado por um marco regulatório do Estado que baliza a atividade sustentada pela narrativa das energias renováveis.

Figura 3. Área de caatinga ocupada por uma grande empresa estrangeira para produzir energia solar no Vale do Açu – 2024



Fonte: Arquivo pessoal do prof. Manoel Cirício (DGE/Campus de Assú/UERN).

Diante desse cenário, que parece repetir os erros do passado e agravar a exclusão social aprofundando as desigualdades socioespaciais, é preciso impulsionar a discussão crítica em defesa das parcelas da população marginalizadas pelo apetite insaciável do capital no campo açuense em suas diferentes encarnações. Mas isso não será possível renovando o discurso, retrógrado e linear, traduzido nas virtudes da

8 Implantado em uma área licenciada de 2.344 hectares no meio rural do município de Assú, o Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, que alcançou 100% de operação comercial no dia 13 de fevereiro 2026, reúne mais de 1,5 milhão de módulos fotovoltaicos, 12 mil quilômetros de cabos e 53 quilômetros de acessos internos, conectados diretamente à subestação por meio de uma linha de transmissão de aproximadamente um quilômetro (ENGIE, 2026).

ideologia do progresso e da modernização produtiva que pavimenta o caminho para o uso corporativo do território. O desafio, segundo Santos (2014, p. 34), é recuperar a "ética-heroica" da ciência em favor da sociedade e não apenas das forças do mercado. Na sua visão, esta ética-heroica "*nos permitirá reconhecer o espaço como o reino de todos os homens e não como o campo de exercício do capitalismo. Isto significa que se deve estar preocupado, com o espaço social, o espaço de todos, e não com o espaço de empresas, o espaço de alguns, erroneamente chamado de espaço econômico*".

Vale assinalar que pensar o "espaço de todos" é importante não apenas para a pesquisa acadêmica, mas para reorientar as políticas públicas visando apoiar o uso do território como abrigo das pessoas e não apenas para o uso corporativo das firmas capitalistas. Essa ideia geral é particularmente válida no Vale do Açu, onde o avanço do capital em suas distintas formas tem sido defendido ao longo do tempo como caminho para a redenção das áreas rurais. Basta analisar a força do capital nas atividades do agronegócio, produção de petróleo, geração de energias renováveis, exploração do sal marinho, mineração, entre outras atividades.

Todavia, como foi visto, a mercantilização da natureza e do trabalho para a produção de mercadorias tem sido marcada por fortes contrastes socioambientais e agravamento das condições de vulnerabilidade socioambiental. Na contramão desse movimento, a política de reforma agrária tem atuado para recompor relações de trabalho familiares (não capitalistas), recolocando novamente a terra como lugar de trabalho e moradia das pessoas. Ao fazer isso, promove a reconversão do uso do território como recurso para o território como local de abrigo, sinalizando a necessidade de sua expansão e proteção dos direitos conquistados.

Essa expansão e a garantia de direitos, entretanto, não será uma tarefa livre de conflitos. Isto porque o anúncio recente do governo do RN de que destinaria uma área de 460 hectares no Distrito de Irrigação do Baixo Açu (DIBA) para assentar parte das 310 famílias acampadas atualmente no Vale do Açu[9], foi fortemente combatido por setores representantes da agricultura patronal (Santos, 2025; Tribuna do Norte, 2025). Já as terras conquistadas pelos movimentos sociais do campo nos assentamentos e nas comunidades rurais onde predomina a agricultura familiar produtora de alimentos básicos, correm o risco de redução diante da ocupação provocada pelo avanço crescente dos investimentos estrangeiros em grandes parques de energia solar. Tal fato tem suscitado reações sociais como foi a 6ª Ação Internacional 2025 da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), realizada por mais de cem mulheres no dia 27 de setembro de 2025, em Assú (Araújo, 2025). Logo, as disputas pelo uso do território nas áreas rurais estudadas estão na ordem do dia e o seu desfecho será mais bem detalhado em trabalhos futuros.

9 Em 2025, conforme informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), existiam três acampamentos de sem-terra no Vale do Açu: o Antônio Batista, com 100 famílias, o Edvaldo Guerreiro, com 80 famílias, e o Irmã Lindalva, com 130 famílias.

Considerações finais

Este artigo teve como foco de abordagem uma microrregião localizada no semiárido nordestino, no estado do RN, reconhecida por suas características naturais favoráveis e por sua produção agrícola irrigada, o Vale do Açu e suas plantações. O recorte espacial e setorial é apenas metodológico, já que as mudanças da agricultura estão dentro de um contexto maior de transformações que envolve atores situados em múltiplas escalas territoriais.

Em linhas gerais, o trabalho revela que a modernização agrícola açuense foi facilitada pela intervenção direta do Estado brasileiro que equipou o espaço com formas geográficas, especialmente infraestruturas hídricas, e com normas, regulamentos e leis, que vão pavimentar o terreno para a propagação de relações capitalistas no campo. Como resultado, foi possível, na área estudada nos últimos 40 anos, o estabelecimento de um modelo agrícola de caráter seletivo e pautado na produção de "alimentos-mercadoria", marginalizando as culturas de alimentos básicos e uma parcela expressiva dos agricultores.

Ressalte-se, então, que o problema da pobreza rural que persiste no Vale do Açu não está associado exclusivamente as condições naturais do lugar, mas as características do uso privado e corporativo do território. Nesse cenário, a reforma agrária e a agricultura familiar têm funcionado como contramovimentos ao processo de expropriação e exclusão verificado na área. Por um lado, essa política tem aos poucos contribuído na recomposição das terras expropriadas aos agricultores familiares. Por outro, mesmo com inúmeras dificuldades, esse modelo de uso da terra tem conseguido manter a produção de alimentos básicos para atender aos mercados locais e garantir "abrigo" para a população do campo.

No período recente, contudo, os contramovimentos em defesa de relações não-capitalistas de uso do território vem perdendo espaço por meio da inserção de novas formas geográficas materializadas em grandes obras de infraestrutura hídrica e na produção de energias renováveis. O avanço das grandes fazendas de painéis de energia solar no Vale do Açu, capitaneadas por empresas de capital estrangeiro, é apoiado pelo marco regulatório criado pelo Estado, pelo financiamento de bancos públicos e tem a proteção da propaganda sobre os benefícios das energias renováveis, utilizada para acobertar a injustiça ambiental que tem caracterizado esse movimento. Sendo assim, novas pesquisas sobre o tema poderão ajudar a aprofundar esses e outros aspectos fundamentais para o debate crítico e para a promoção de políticas públicas socialmente inclusivas e ambientalmente mais sustentáveis na microrregião.

Bibliografia

ALBANO, G. P. *Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ALBANO, G. P. Trabalho assalariado agrícola no RN. In: ALBANO, G. P.; FERREIRA, L. S.; ALVES, A. M. (Orgs.). *Capítulos de Geografia do Rio Grande do Norte (Volume II)*. Natal: CCHLA-UFRN e Imprensa Oficial do Estado do RN, 2015. p. 173-218.

ALBANO, G. P.; SÁ, A. J. Políticas públicas e globalização da agricultura no Vale do Açu-RN. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, n. 2, p. 58-80, maio/ago., 2008.

ALVES, V. E. L.; AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I**.** A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu/RN. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Orgs.). *O meio geográfico atual do Rio Grande do Norte*: novas materialidades, novas dinâmicas. Natal: Sebo Vermelho, 2018. p. 263-311.

AMORIM, R. F.; NONATO JÚNIOR, R.; POSTER, J. F. F. Paisagens do Rio Grande do Norte: uma introdução às diversidades regionais e marcas das ações geográficas no espaço potiguar. *Confins: Revue franco-brésilienne de Géographie*. França, nº 34, p. 1-19, 2018.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AQUINO, J. R. et al. Agricultura familiar no Vale do Açu (RN): uma caracterização a partir do censo agropecuário 2017. *Revista GeoInterações*, Assú-RN, v. 7, n. 1, p. 36-55, 2023.

AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I. *Reflexões sobre socioeconomia e meio ambiente do Vale do Açu (RN)*. Natal/RN: Sebo Vermelho Edições, 2024.

ARANHA, T. Q. (Org.). *Sesquicentenário da cidade do Assú*: 1845-1995. Natal/RN: Departamento Estadual de Imprensa, 1995.

ARAÚJO, G. RN: mulheres do campo protestam contra impactos de complexos solares. *Saiba Mais* [Site], 29 de setembro de 2025. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2025/09/rn-mulheres-do-campo-protestam-contra-impactos-de-complexos-solares/>. Acesso em: 30 set. 2025.

ASSECOM-RN. *Barragem Oiticica vai impulsionar o desenvolvimento do Seridó*. [S.l.], 14 de março de 2025. Disponível em: <https://www.rn.gov.br/materia/barragem-oiticica-vai-impulsionar-o-desenvolvimento-do-serido/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

AZEVEDO, F. F. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. *Mercator*. Fortaleza/CE, v. 12, n. especial 2, p. 113-132, set. 2013.

BONETI, L. W. *O silêncio das águas*: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí/RS: Ed. UNIJUÍ, 1998.

CARVALHO, A. C. A. T. *Centralização de capital e espaço local*: a produção de bananas no pólo fruticultor potiguar. Natal/RN, 2001. 129f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*: 1965-1985. São Paulo: Editora Ícone, 1985.

DEL GROSSI, M. E. A identificação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017. *Revista NECAT*. Ano 8, nº 16, Jul-Dez/2019.

ELIAS, D. Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista NERA*. Presidente Prudente (SP), v. 9, n. 18, p. 29-51, jan./jul. 2006.

ENGIE. *Conjunto Fotovoltaico Assú Sol, maior projeto solar da ENGIE no mundo, atinge 100% de operação comercial*. Site, 23 de fevereiro de 2026. Disponível em: <https://www.engie.com.br/imprensa/press-releases/conjunto-fotovoltaico-assu-sol-maior-projeto-solar-da-engie-no-mundo-atinge-100-de-operacao-comercial/#:~:text=Conjunto%20Fotovoltaico%20Ass%C3%BA%20Sol%2C%20maior,de%20opera%C3%A7%C3%A3o%20comercial%20%2D%20ENGIE%20Brasil>. Acesso em: abr. 2026.

FELIPE, J. L. *Elementos de Geografia do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1988.

FELIPE, J. L. A.; ROCHA, A. P. B.; CARVALHO, E. A. *Economia do Rio Grande do Norte*: estudo geo-histórico e econômico. 2. ed. João Pessoa/PB: Grafset, 2009.

FERNANDES, A. A. *Autoritarismo e resistência no Baixo Açu*. Natal: UFRN/CCHLA, 1992.

GOMES DA SILVA, A. *A parceria na agricultura irrigada do Baixo Açu*. Natal: CCHLA, 1992.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017*: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso: 20 abr. 2025.

IBGE. *Censos demográficos (1980, 1991, 2010 e 2022)*. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-unidades-de-conservacao-caracteristicas-pessoas-e-domicilios>. Acesso em: 10 jul. 2025.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal (PAM 2024)*. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 20 set. 2025.

INCRA. *Incra nos Estados*: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LOPES, M. Assú está entre os 10 municípios do Brasil que mais perderam Caatinga para usinas solares. *Saiba Mais* [Site], 19 de setembro de 2025. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2025/09/assu-esta-entre-os-10-municipios-do-brasil-que-mais-perderam-caatinga-para-usinas-solares/>. Acesso em: 27 set. 2025.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Livro I, vols. 1 e 2).

MDS/CADÚNICO/TABCAD. *Tabulador do Cadastro Único*: pessoas em situação de pobreza por faixa de renda familiar per capita. Brasília: MDS/SAGI, 2025. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php>. Acesso em: 10 set. 2025.

MENEZES FILHO, A. P.; OLIVEIRA, A. J. Águas da redenção: salvacionismo e conservacionismo no debate acerca da proposta de erradicação da carnaúba no Vale do Açu. In: FERNANDES, P. R.; SANTOS, B. A. (Orgs.). *Sertões ontem e hoje*: historiografias, culturas e representações. Campina Grande/PB: Amplla, 2024. p. 97-109.

NUNES, E. *Geografia Física do Rio Grande do Norte*. Natal: Imagem Gráfica, 2006.

PMA. *Prefeitura do Assú decreta situação de emergência devido à seca e reforça compromisso com famílias rurais*. Site, 18 de agosto de 2025. Disponível em: <https://assu.rn.gov.br/prefeitura-do-assu-decreta-situacao-de-emergencia-devido-a-seca-e-reforca-compromisso-com-familias-rurais/>. Acesso em: fev. 2026.

POLANYI, K. *A grande transformação*: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SANTANA, L. M. *Produção, emprego e receita tributária*: o efeito paradisíaco das frutas tropicais no Pólo Agroindustrial do Açu/RN. Natal: Ed. Universitária da UFRN, 1997.

SANTOS, J. S. A desordem do progresso: o Projeto Baixo-Açu e a expropriação das terras camponesas de trabalho e moradia. In: *ANPUH-Brasil. 30º Simpósio acional de História*, Recife, 2019. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-06/1717578000_e17bd11d7446b14d96c23ebf1a1d624b.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

SANTOS, J. S. Assentamento de reforma agrária em área de perímetro irrigado: por que não? *MST* [Site], 30 de julho de 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/07/30/assentamento-de-reforma-agraria-em-area-de-perimetro-irrigado-por-que-nao/>. Acesso em: 10 set. 2025.

SANTOS, M. Da política dos estados à política das empresas. *Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais*, v.3, n. 6, p. 9-23, jul./dez. 1997.

SANTOS, M. *Economia espacial*: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SILVA, R. M. A. *Entre promessas e provações*: as lutas do povo de São Rafael na longa transição imposta pela Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Assú/RN: UERN, 2023. (Apresentação PowerPoint no Seminário alusivo aos 40 anos do Projeto Baixo Açu).

SILVA FILHO, R. I. Aspectos fisiográficos do Vale do Açu (RN). Revista *GeoInterações*, Assú, v.4, n.1, p.2-28, jan./jun. 2020.

TRIBUNA DO NORTE. *Setor produtivo avalia ir à Justiça para impedir o MST no Baixo Açu*. Natal, 29 de julho de 2025. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/rio-grande-do-norte/setor-produtivo-avalia-ir-a-justica-para-impedir-o-mst-no-baixo-acu/>. Acesso em: 10 set. 2025.

VALÊNCIO, N. F. L. S. *Grandes projetos hídricos no Nordeste*: suas implicações para a agricultura do semi-árido. Natal/RN: Ed. Universitária da UFRN, 1995.

VALVERDE, O.; MESQUITA, M. G. C. Geografia Agrária do Baixo Açu. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro/ IBGE. v. 23, n. 3, p. 455-494, 1961.

VARGAS, N. A. *Beiradeiros do Baixo-Açu.* Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1987.

Uses of territory, agricultural modernization and social contrasts in the rural area of Açu Valley-RN

The objective of this article is to discuss use of territory and the dynamics of the agricultural modernization process in the Açu Valley microregion, Rio Grande do Norte, Brazil. To this end, we review some of the available literature on the topic, as well as systematize and analyze official statistics related to the social phenomenon studied. Broadly speaking, the work shows that agricultural modernization in Açu Valley was facilitated by direct state intervention, which created the conditions for the introduction of new technical systems or geographic forms, especially water infrastructure, which paved the way for the spread of capitalist relations in the countryside. As a result of these new materialities and social relations of production, a selective agricultural model based on the production of "commodity foods" has been established in the area over the last 40 years, marginalizing staple crops and a significant portion of the local population. Along the way, this process has led to the emergence of new actors and new uses of territory, whose dynamics may influence the future of the microregion's rural areas.

KEYWORDS: use of territory, geographic forms, agricultural modernization, Açu Valley.

Uso del territorio, modernización agrícola y contrastes sociales en el área rural del Valle del Açu-RN

El objetivo de este artículo es analizar el uso del territorio y la dinámica del proceso de modernización agrícola en la microrregión del Valle del Açu, Rio Grande do Norte, Brasil. Para ello, revisamos la literatura disponible sobre el tema, además de sistematizar y analizar las estadísticas oficiales relacionadas con el fenómeno social estudiado. En términos generales, el trabajo muestra que la modernización agrícola en el Valle del Açu se vio facilitada por la intervención estatal directa, que creó las condiciones para la introducción de nuevos sistemas técnicos o formas geográficas, especialmente infraestructura hídrica, lo que facilitó la expansión de las relaciones capitalistas en el campo. Como resultado de estas nuevas materialidades y relaciones sociales de producción, durante los últimos 40 años se ha establecido en la zona un modelo agrícola selectivo basado en la producción de "alimentos mercancías", marginando los cultivos básicos y a una parte significativa de la población local. A lo largo del camino, este proceso ha propiciado el surgimiento de nuevos actores y nuevos usos del territorio, cuya dinámica puede influir en el futuro de las zonas rurales de la microrregión.

PALABRAS CLAVE: uso del territorio, formas geográficas, modernización agrícola, Valle del Açu.

Artigo recebido em outubro de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.